

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TÉCNICAS LABORATORIAIS
EM SAÚDE (LATEC)
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Hugo Alexandre Rodrigues dos Santos

CENSURA EM ANIMES NO BRASIL: Uma Análise de suas aplicações, intenções e resultados a partir de Dragon Ball

Rio de Janeiro

2018

Hugo Alexandre Rodrigues dos Santos

CENSURA EM ANIMES NO BRASIL: Uma Análise de suas aplicações, intenções e resultados a partir de Dragon Ball

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientadora: Cynthia Dias

Co-Orientador: Gregório de Albuquerque

Rio de Janeiro

2018

RESUMO

Este trabalho pretende fazer uma análise de uma das séries de animações japonesas, (ou animes), que mais se popularizou no Brasil, principalmente entre jovens e crianças, Dragon Ball, tendo como objeto principal de análise as censuras dirigidas às séries. Tem como objetivo identificar, analisar e compreender diversas formas de censura implementadas em alguns episódios exibidos no Brasil, discutir como e porque os mecanismos de censura foram aplicados nos episódios dos animes analisados, além de identificar e compreender quais os resultados produzidos pela implementação de tais mecanismos, através de revisão bibliográfica e análise fílmica. Para este fim, é importante conhecer o ambiente televisivo cultural brasileiro, que, neste trabalho, será retratado a partir das telenovelas (ou novelas), um gênero muito popular no Brasil e com um impacto nos espectadores muito semelhante ao dos animes.

Palavras-chave:

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=651&tbm=isch&sa=1&ei=TJdIXNC4IJ285OUPsq6kuAI&q=dragon+ball+cl%C3%A1ssico+censura+bulma&oq=dragon+ball+cl%C3%A1ssico+censura+bulma&gs_l=img.3...1432912.1434486..1434901...0.0..0.0.0....1...1..gws-wiz-img.sleSRYml4ns#imgsrc=IJxw0j9zwQ-vMM

Acesso em: 23/01/2019.....pág18

Imagem 2:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=651&tbm=isch&sa=1&ei=TJdIXNC4IJ285OUPsq6kuAI&q=dragon+ball+cl%C3%A1ssico+censura+bulma&oq=dragon+ball+cl%C3%A1ssico+censura+bulma&gs_l=img.3...1432912.1434486..1434901...0.0..0.0.0....1...1..gws-wiz-img.sleSRYml4ns#imgsrc=1TGbv-ThV-b8iM

Acesso em: 23/01/2019.....pág18

Imagem 3:

<http://clickmaniadejogos.blogspot.com/2010/04/nicktoons-censura-dragon-ball-z-kai.html>

Acesso em: 22/01/2019.....pág20

Imagem 4:

<http://anmtv.xpg.com.br/analise-estreia-de-dragon-ball-kai-no-cartoon-network/>

Acesso em: 22/01/2019.....pág21

Imagem 5:

<http://tripulantenerd.blogspot.com/2016/09/dragon-ball-kai-as-varias-polemicas-que.html>

Acesso em: 22/01/2019.....pág21

Imagem 6: BRITO, David. Esse é o motivo pelo qual Dragon Ball Super não tem sangue nem mutilações como em Dragon Ball Z. **Critical Hits**, 2018. Disponível em:<<https://criticalhits.com.br/anime/dragon-ball-super-sem-sangue-motivo/>>. Acesso em 28/01/2019.....pág23

Imagem 7: KAYABE, Tio. A falta de brutalidade em dragon ball super! **Amino Apps**, 2018. Disponível

em:<https://aminoapps.com/c/dragonballoficialbr/page/blog/a-falta-de-brutalidade-em-dragon-ball-super/1J78_q61u6u1dmZGMMaqN7xXRDq2R85mVB1>.

Acesso em 30/01/2019.....pág23

SUMÁRIO

1	Introdução.....	06
2	Contextualizando o anime no Japão.....	09
3	O Brasil e suas obras televisivas.....	12
4	Conceituando censuras.....	15
5	Análise das censuras aplicadas aos animes.....	17
6	Conclusão.....	24
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

1. Introdução

Vivemos em um mundo no qual as grandes mídias marcam presença nas vidas das pessoas. Seja via televisão, rádio, computador, etc. sempre há um certo grau de posicionamento do meio de comunicação com relação aos conteúdos exibidos, sendo que este posicionamento norteia e interfere desde a seleção do conteúdo a ser exibido, passando pela sua edição até a sua exibição. Tendo isto em mente, sempre que um conteúdo é divulgado, haverá presença da ideologia do meio veiculador com uma mensagem a ser passada, de formas mais ou menos explícitas, dependendo do conteúdo.

Tomando esta ideia como central, este trabalho pretende fazer uma análise de um determinado tipo de conteúdo veiculado nas televisões brasileiras nas décadas de 1990 e 2000, as séries de animações japonesas, ou desenhos japoneses, ou animes, que se popularizaram muito neste período no Brasil, principalmente entre jovens e crianças. O estudo tem como objeto principal de análise as censuras dirigidas a tais conteúdos, realizando um estudo que identifica, questiona e analisa as diversas formas de censura implementadas em alguns animes exibidos no Brasil durante a década de 1990 e 2000, assim como discutir e compreender como e por que os mecanismos de censura foram aplicados nos episódios dos animes analisados, bem como seus resultados.

Segundo Silva e Neves (2012), a palavra "anime" deriva da palavra em inglês "animation" (animação) e é usada pelos japoneses para se referir a qualquer tipo de filme, série, etc. que é produzido em formato de animação. No Ocidente, é utilizada para se referir às animações japonesas. Ainda, segundo as mesmas autoras, há algumas características que diferem os animes das animações americanas, como a serialização, os olhos grandes dos personagens, os trajes dos personagens e os

cabelos dos personagens.

Outro conceito importante a ser definido neste trabalho é o de censura. Segundo o dicionário Houaiss (2015), censura pode ser caracterizada como: “exame a que são submetidos trabalhos de cunho artístico ou informativo, geralmente com base em critérios de caráter moral ou político, para decidir sobre a conveniência de serem ou não liberados para apresentação ou exibição ao público em geral”. Esta será a definição utilizada neste trabalho.

A escolha para o estudo do tema veio do anseio pessoal, uma vez que faço parte do público dos animes, e vejo algumas censuras nas versões dubladas que me levam a sentir uma sensação de desconforto. Desta forma, surge a motivação em fazer uma análise racional e crítica, a fim de averiguar se essa sensação é desencadeada por uma questão de gosto ou se realmente ela é dada pelo fato de a versão dublada não ter sido feita corretamente, não só desagradando fãs, mas também fazendo uma censura ineficiente. Um dos casos mais representativos é o de um dos animes mais conhecidos e bem aclamados pela sociedade brasileira, Dragon Ball. O anime foi ao ar (em solo nacional) pela primeira vez em 1996 com apenas 60 de seus 153 episódios, e com alguns cortes pontuais em determinados episódios. Futuramente, seriam lançados outros animes relacionados a Dragon Ball, todos com um maior ou menor grau de adaptação e/ou censura, e com um maior ou menor grau de aceitação do público. Os animes e adaptações específicos serão abordados em outro capítulo.

No caso de Dragon Ball, um dos motivos aparentes para a censura tem relação com a mudança de público alvo. No Japão, os animes são produzidos para diversos tipos de públicos, de crianças à adultos, de homens a mulheres. Aqui no Brasil, persiste uma crença de que os programas de televisão do tipo animação (desenhos animados) são programas para o público infantil. Com isso, às vezes, ocorre de um desenho animado ser produzido em um país para um público adulto e, quando é exibido aqui no Brasil, é exibido como um programa infantil, por força ou desconhecimento da própria emissora, ou dos pais das crianças, que as deixem assistir sem antes conhecer e observar o desenho em questão.

Geralmente, quando ocorre essa questão de mudança de público, ocorre também a implementação de uma série de adaptações dos programas ao novo público alvo, dentre elas, a censura em algumas cenas dos episódios.

A partir daí, chegamos ao ponto principal: a aceitação do público em relação ao programa. Uma empresa interessada em divulgar e vender um produto deve, primeiramente, definir e conhecer o seu público em potencial, de forma a obter um melhor rendimento. Normalmente, as adaptações realizadas nos programas estrangeiros que pretendem ser exibidos na rede de televisão nacional visam melhorar a aceitação do público ao produto. Porém, no caso dos animes, muitas das críticas feitas pelo próprio público alvo a essas adaptações são negativas. Isso gera prejuízos para a emissora, levando a um dos motivos pelos quais os animes, gradualmente, perderam espaço na programação brasileira, tanto na tevê aberta, quanto na TV por assinatura, restando ao público buscar outras formas de entretenimento televisivo ou recorrer à internet para ter acesso ao material (animes) com menos adaptações (normalmente, as versões de animes encontradas na internet possuem apenas o acréscimo da legenda).

O trabalho foi desenvolvido através de Revisão da Literatura, que por sua vez foi realizada em diversas bases de dados (google acadêmico, bvs, scielo, etc.) e da Análise Fílmica, que consiste na identificação de como a imagem, som, enquadramento e jogo de luz de uma determinada cena colabora para passar o conteúdo da cena para o espectador, segundo Penafria, (2009).

Para compreendermos melhor a censura realizada nos animes, precisamos ainda conhecer um pouco do conteúdo exibido na rede de televisão brasileira, retratado principalmente a partir das telenovelas (ou novelas), um gênero muito popular no Brasil e com um impacto nos espectadores muito semelhante ao dos animes. Uma observação a ser feita, é que os animes e as novelas não são o único tipo de conteúdo televisivo produzido em seus países de origem, e sim, os mais populares em seus territórios e mais conhecidos internacionalmente.

2. Contextualizando o anime no Japão

No desenho animado japonês, ou anime, a característica mais notável, que o diferencia dos desenhos americanos, é o tamanho dos olhos das personagens em relação à cabeça. Esta peculiaridade serve para melhorar a compreensão dos sentimentos das personagens através das expressões faciais. Algo que também chama atenção em relação à estética dos personagens de anime são as suas roupas, que rotineiramente possuem cores vivas e “costura confortável”; além de seus cabelos, relativamente longos, com ênfase nas pontas e podendo apresentar cores exóticas (como verde, azul, rosa...).(SILVA e NEVES, 2012).

Outra característica recorrente quando se fala em anime é a serialização, ou seja, as histórias possuem episódios que relacionam-se uns com os outros, numa linha do tempo contínua e nítida, contendo início, meio e fim, além de retratar as mudanças ocorridas nos personagens, tanto em aspectos físicos (idade, novos poderes, sequelas...) quanto psicológicos (mudanças de “lado” dos personagens, aquisição de fobias, mudanças de comportamento...). (FARIA, 2007)

De acordo com, Silva e Neves (2012), os animes são divididos em categorias que não apenas levam em consideração o gênero da obra e a faixa etária do público-alvo, mas também o sexo deste. Assim, temos gêneros como:

- Mecha (“robôs”);
- SF Akushion (“ação e ficção científica”);
- Meruhen (“fábulas”);
- Meisaku Shiriizu (“séries de obras literárias”);
- Supaa (“super-carros”);
- Shōjo Monogatari (“histórias para meninas”);
- Shounen: (“histórias para o público masculino jovem”);
- Bōken Akashion (“ação e aventura”);
- Guagu anime (“animê humorístico”);

- Supootsu (“esporte”);
- Yokai (“mundo do sobrenatural”);
- Jidai Geki (“desenhos de época”);
- Kodomo anime (“animê para crianças”);
- Adaruto e Yaoi (“os que tratam de sexo”) – neste caso, possuem as subdivisões, como:
 - a) ecchi (herótico heterossexual);
 - b) hentai (pornográfico heterossexual);
 - c) shōnen ai (romance homossexual masculino);
 - d) shōjo ai (romance homossexual feminino);
 - e) yaoi (relação homossexual masculina) e;
 - f) yuri (relação homossexual feminina).

Isso também abre espaço para uma pequena observação: “anime” não é um gênero em si, como pode-se imaginar, e sim um modo de se fazer animação, de uma maneira particular dos japoneses. Além disso, segundo Faria (2007), as próprias características citadas neste capítulo também não podem ser levadas à risca para determinar um anime, devido a imensa variedade das obras. Por exemplo, alguns animes podem possuir apenas personagens com cabelos de cores normais, personagens com cabelos mais arredondados e até mesmo olhos proporcionais à cabeça. Efetivamente, a palavra “anime” designa animações japonesas.

Por fim, outra característica que marca os animes e é a que mais gera estranhamento e até repulsa para nós, ocidentais, é o alto grau de violência. Isso, todavia, não é uma regra, existindo animes com pouca e até quase nula violência. Isso se dá por conta da sua história e de sua função social.

Segundo Silva e Neves (2012), os primeiros animes datam de 1913. Nesta

época, possuíam formato bem rudimentar e tinham enredo baseado em situações cotidianas e contos nipônicos. Na década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, os animes foram utilizados para propagandas de guerra, tendo seu espaço de produção restrito a este conceito. Vale ressaltar que os animes se propagaram e fortaleceram após a ocupação americana, quando ocorreram mudanças drásticas no país, e que são refletidas em suas histórias.

Após o fim da Segunda Guerra, teve início a ocupação americana no Japão (1945-1952). Com isso, houve uma censura sobre os temas que poderiam ser abordados nos campos das artes, inclusive nos mangás e animes. As histórias de samurais estavam proibidas, uma vez que remetiam ao espírito japonês, obediência cega, e o Bushido, além de outros temas que tratassem de violência. Os esportes também foram proibidos, visando desconstruir o conceito de que é possível alcançar a superação, evitando assim a rebeldia por parte dos japoneses.(MELO E CORDARO, 2016).

Ao final da ocupação, estas restrições foram revogadas e diversos temas acabaram se desenvolvendo nos animes, além de uma nova estética (majoritariamente implementada pela mangaká (escritora de mangá) de Ozamu Tezuka, a partir do ano de 1952. Os animes para meninas, para adultos, os de ação e aventura, de esportes, e até animes com referências à guerra e a temas mais sexuais, se popularizaram. A estrutura visual conhecida hoje (personagens com olhos grandes, longos cabelos coloridos e chamativos, roupas marcantes) se consolidou, permitindo também a incorporação da violência nos animes. (MELO E CORDARO, 2016).

Segundo Silva e Neves (2012), a violência deixou de ser vista como um tabu, e se tornou uma válvula de escape da sociedade que, no Japão, possui regras bem rígidas. A sociedade japonesa vê no anime, em alguns momentos, a possibilidade de se reerguer e reestruturar frente aos obstáculos apresentados. Silva e Neves (2012) ressaltam que

(...) no dia 11 de março de 2011, o Japão foi atingido por um terremoto de magnitude 8,9 escala Richter, e posteriormente por um tsunami, que devastou o país e registrou

aproximadamente 10.000 mortes. Contudo, o Japão vem sendo reconstruído com a adesão da população, do governo, das empresas e dos artistas, que contribuíram para a arrecadação de fundos financeiros para as vítimas e, especialmente, para encorajar famílias que perderam entes queridos. Neste sentido, a violência e o egoísmo são vistos com repúdio pelos japoneses. (p. 14)

Cabe observar que o país possui uma constituição que renuncia à guerra e proíbe o porte de armas não justificável, além da própria estrutura social, que condena atos de violência, porém permite a veiculação de conteúdos violentos numa mídia tão abrangente. Deve-se ressaltar que há um certo limite para o nível de violência nas obras, baseado no segmento do público ao qual se destina. Obras destinadas às pessoas do sexo masculino apresentam mais violência que obras destinadas à mulheres, bem como quando comparamos a violência presente entre obras para um público mais jovem ou mais velho, como diz Faria (2007). A autora ainda ressaltava que, nas animações voltadas ao público masculino, nota-se uma forte ênfase para a competitividade e a necessidade de destaque do indivíduo em relação aos outros e à sociedade. É a temática do samurai invencível, do esportista e do aventureiro, que supera todos os desafios, vive aventuras incríveis, faz a diferença e deixa sua marca no mundo, tendo sempre como base as condutas japonesas típicas de autodisciplina, perseverança, profissionalismo e competição. Assim, os heróis japoneses acabam por ser um refúgio inconsciente do indivíduo, que enxerga nos seus heróis suas possibilidades e afoga suas frustrações. (FARIA, 2007).

3. O Brasil e suas obras televisivas

A TV brasileira possui uma infinidade de programas, sendo considerado como principal formato as novelas, e estas possuem um grande poder de influência sobre a população. Seu modelo/gênero, segundo (REBOUÇAS, 2009), não é um produto nacional, mas sim, uma herança cultural que remonta à Idade Média. Nesta época as obras antigas eram lidas e interpretadas em público embora a dissolução desse modelo só tenha ocorrido a partir das Canções de Gesta, poesias épicas que surgiram no fim do século XI e do início do século XII e seu reconhecimento tenha chegado apenas no renascimento, influenciado pelas ideias renascentistas. No século XIX, surge o folhetim, uma forma de edição seriada de obras literárias do gênero prosa de ficção ou romance, publicado em periódicos, jornais e revistas. Uma característica do folhetim é o fato de ele ser construído dia a dia, em função da expectativa do público, finalizado apenas quando acabar a curiosidade do leitor. Este gênero acabou por se disseminar rapidamente no território brasileiro, encontrando não somente uma grande aceitação por parte do público, mas também por conta dos “colaboradores que passaram a escrever e a atender esta nova modalidade de publicação que tanto influenciou os costumes da época” (REIS, 2008, apud REBOUÇAS, 2009). No século XX, foi a vez das radionovelas (ou radioteatro) e das fotonovelas conquistarem o apreço do público brasileiro. Enquanto que as radionovelas carregavam a nova tecnologia da época (o rádio), adicionando não somente modernidade mas o som para o modo de contar histórias ao público, as fotonovelas eram um subgênero da literatura, que combinavam texto verbal com fotografias.

Em 1950, a televisão chegou, ainda que de forma muito fraca, ao Brasil e, em 1951, estreou “Sua Vida Me Pertence”, a primeira telenovela adaptada de uma radionovela. Porém, o título de ‘primeira novela brasileira’ ficou sendo de *2-5499 Ocupado*, de 1963, por uma razão simples: por definição, uma das características da telenovela é o fato desta exibir capítulos diários. “Sua Vida Me Pertence” exibia apenas 2 capítulos semanais, portanto, não é considerada uma

“telenovela propriamente dita” (REBOUÇAS, 2009).

As produções latinas (mexicanas, argentinas e cubanas) eram as principais referências, com muitas adaptações recheadas de histórias e personagens exóticos, além do alto teor melodramático como adaptações de obras literárias, como *Os Miseráveis*, de Victor Hugo. O primeiro grande sucesso de audiência veio com *O Direito de Nascer* (1965), apresentada pela TV Tupi, que marcou definitivamente a ascensão do gênero. A telenovela tornou-se então uma inconfessável paixão nacional, quase uma mania. A repercussão gerou uma popularidade inimaginável e duradoura, o que incentivou os empresários de TV a investirem mais na telenovela.(...) Nas décadas de 1970 e 1980, a Globo lançou-se numa bem-sucedida estratégia de renovação temática e técnica. A novela entrou de verdade no mercado, movimentando altas cifras publicitárias e atenta aos índices de audiência.(...) Consolidou-se a fórmula brasileira: colaboração de grandes romancistas e poetas, maior aproximação da época contemporânea, desmistificação do passado, linguagem coloquial e regional, apresentação de fatos reais, influência do teatro de vanguarda, aparecimento do anti-herói mentiroso, corrupto e de figuras femininas originais, finais abertos, elaboração sutil da comédia e da tragédia. (REBOUÇAS, 2009, P. 5)

A chegada do novo século mostrou que a telenovela evoluiu desde o seu surgimento. Mudou na maneira de se fazer, de se produzir. Virou uma indústria, que forma profissionais e que precisa dar lucro. A guerra da audiência continua e agora mais do que nunca. Mas a telenovela ainda está calcada no melodrama folhetinesco, pois sua estrutura é a mesma das antigas radionovelas. (REBOUÇAS, 2009, P. 7)

Mesmo depois de todos esses anos de sucesso, história e transformação, não é possível definir com exatidão o que chegam a ser as telenovelas brasileiras. Porém, uma coisa que se pode afirmar a respeito de quase todas, é a capacidade das obras de se aproximar da realidade de muitos de seus espectadores no momento em que retrata ambientes, experiências, temáticas sociais, políticas, salientando a vida cotidiana do público, que se vê como forma de entretenimento e possibilidade de observar a vida de um outro ângulo. (REBOUÇAS, 2009).

Outra característica das novelas é que é possível perceber as transformações dos personagens, adotando uma conduta de crescimento moral no decorrer da história, alcançando uma superação da realidade, e quando a mesma não ocorre há uma insatisfação dos telespectadores. As novelas, e alguns personagens são capazes de levantar uma comoção popular dependendo de seu enredo, chegando ao ponto de parar o país inteiro ao final de uma novela, ou mesmo em um capítulo visto como importante para a trama (REBOUÇAS, 2009).

De acordo com Rebouças (2009), de forma particular a telenovela brasileira ao longo de sua história nos mostra como esse gênero apesar de não ter sua origem em terra tupiniquim, se apropriou da mesma dando a ela uma característica própria, um jeitinho brasileiro. Todavia parece ser consensual a percepção de que a televisão em geral e em particular a telenovela, sem abrir mão de sua linguagem sedutora, é um excelente meio para a difusão de conteúdos culturais e sociais junto às populações carentes de alternativas, como é o caso de grande parcela da população brasileira, mas nem sempre essa influência é bem aproveitada pelas emissoras de TV. Para Jambeiro (2002), isso não é para menos, uma vez que as telenovelas foram utilizadas como instrumento de coerção popular, durante o período da ditadura militar, já que o governo controlava a programação e tinha poder para vetar “obras inadequadas”. Além disso, foi o governo que proporcionou a modernização e a difusão da rede televisiva, em outras palavras, as telenovelas só puderam se expandir por conta dos fundos do governo militar. Desta forma, percebe-se que a sociedade se torna fortemente influenciada, onde o objetivo deixa de ser o de cultivar ou proliferar a cultura brasileira, ou de entreter, mas passa a ser o de manipular e iludir através da fantasia.

O mundo de fantasias, muitas vezes, é almejado pelo telespectador. Afinal, as novelas retratam o cotidiano. Retratam o cotidiano ou mudam o mesmo, induzindo a população a mudar? Na realidade, o cotidiano que é o retrato das novelas. Portanto, as influências que estas exercem na população são palpáveis. E, infelizmente, mais negativas que positivas. Desde a época dos romances de folhetins, as tramas de ficção têm exercido um poder de repercussão que vem crescendo paulatinamente; sobretudo com a criação das telenovelas. (REBOUÇAS, 2009,

p. 10).

As novelas possuem um poder de interferir na vida e construção da sociedade brasileira, no momento em que levantam discussões, frente a um capítulo mais polêmico. Isso ocorreu como podemos observar na apresentação de Anos Rebeldes (Globo, 1992) que fomentou a deposição de um presidente da República, Escalada (Globo, 1975), que conseguiu instigar a criação de legislação para determinados segmentos sociais, onde a crise conjugal dos personagens centrais da trama, levou a uma forte discussão sobre as leis vigentes no país sobre divórcio, e em Mulheres Apaixonadas, (Globo, 2006) influenciou diretamente a aprovação no Congresso Nacional do Estatuto do Idoso (REBOUÇAS, 2009).

4. Conceituando Censuras

Ao se falar de censura, a primeira coisa que se vem a mente, principalmente no Brasil, é a censura ocorrida na ditadura militar. Porém, este tipo não é a definição de censura utilizada neste trabalho. A censura do regime militar buscava assegurar que os interesses do governo militar fossem atingidos por meio dos meios de comunicação, aprovando ou censurando os conteúdos das programações televisivas, por exemplo, de acordo com seus interesses. Desta forma, a censura aplicada durante o período da ditadura tinha como objetivos: 1) apoiar a integração nacional; 2) promover e organizar um mercado de massa para os bens produzidos pelo processo de industrialização; 3) disseminar a Doutrina da Segurança Nacional e dar estabilidade econômica e financeira à própria indústria da TV (JAMBEIRO, 2002).

Assim, o sistema poderia desenvolver sua filosofia e levar a população a ratificar seus pensamentos e ideais, que visavam construir o crescimento da nação, de acordo com o que foi pensado e proposto pelo regime. De acordo com Jambeiro (2002), através deste sistema, o governo poderia alcançar e exercer controle psicossocial da população por meio do uso massivo da mídia, particularmente a televisão.

Era necessário, na época, criar um órgão capaz de coordenar as ações referentes ao uso das telecomunicações, em geral. Então,

Em termos institucionais, os militares implantaram em 1965 (...) o Decreto 55.625 criou o Dentel

(Departamento Nacional de Telecomunicações), destinado a gerir a concessão de licenças de rádio, TV e outros serviços de telecomunicações, e a coordenar, orientar, implementar, supervisionar e controlar a aplicação das leis e normas relacionadas ao setor, incluindo aí tudo que se referisse às atividades da indústria televisiva. (JAMBEIRO, 2002).

No mesmo ano o Decreto 56.552 criou o Contel e encarregou-o de supervisionar as emissoras de rádio e TV e de regulamentar e censurar o conteúdo de suas programações. Porém, o órgão mostrou-se insuficiente, logo, a tarefa foi transferida para o Departamento Federal de Segurança Pública(...), através da Portaria

312.(JAMBEIRO, 2002). Pode-se perceber que, com o passar do tempo, ficava nítido que a censura aplicada cada vez crescia mais, numa tentativa de conter e controlar os conteúdos culturais produzidos na época e que causavam certo desconforto ao regime em vigor, uma vez que, a partir da portaria, o Contel estabeleceu uma série de normas a serem seguidas quanto ao comportamento moral e político na televisão, bem como as penalidades a serem aplicadas aos transgressores. Para aferir se um programa atendia ou não os padrões da lei, os programas de TV eram classificados levando em conta os critérios sensualidade; vulgaridade; problemas familiares e religiosos; falta de espírito cívico: apresentação de uma mentira bem sucedida; prêmio à preguiça e à desonestidade; não cumprimento dos deveres; desencorajamento do amor à terra natal e ao povo brasileiro; estímulo aos sentimentos de rivalidade, vingança e luta de classes; encorajamento das lutas sobre questões raciais e de nacionalidade. (JAMBEIRO,2002).

Porém, ao final da Ditadura Militar, a redação da constituição de 1988, a censura (seja ela política, ideológica ou artística) foi completamente abolida pelo novo governo, que agora apenas classificava os programas de televisão e rádio como próprios ou impróprios em relação à determinados horários e faixas etárias, com o caráter apenas de recomendação e não de obrigação. (JAMBEIRO, 2002)

Cabe ressaltar que o interesse do presente estudo não é a censura aplicada anteriormente, mas sim, esta classificação adotada a partir da Assembléia Constituinte de 1988. Anos depois, em 2007, o Ministério da Justiça regulamentou o Guia Prático da Classificação Indicativa, com o intuito de preservar o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. O guia apresenta a forma como a equipe da Secretaria Nacional de Justiça emite os relatórios que instruem os processos administrativos da Coordenação de Classificação Indicativa, apresentando ao leitor as definições operacionais e técnicas das tendências de indicação de faixa etária, bem como seus fatores atenuantes e agravantes (GUIA...,2012, p. 7). Segundo Novaes:

Os principais critérios utilizados estão apoiados nos níveis encontrados de sexo e nudez, drogas e violência em cada obra, e sua destinação pretendida inicialmente. Existem duas formas de realizar a classificação, uma delas é a autoclassificação, mais

utilizada pelas emissoras e produtoras de televisão e similares. Como o nome já diz, neste caso a emissora assume a responsabilidade pela auto-regulamentação das suas obras, enviando previamente uma sinopse do programa a ser exibido. A partir daí o Ministério da Justiça tem 60 dias para monitorar a obra e verificar se está de acordo com a classificação indicativa atribuída previamente. Outra, é a análise prévia, aplicado aos mercados de cinema e vídeo, jogos eletrônicos e jogos de rpg. Nesta, o requerente encaminha a obra completa, a sinopse, ficha de inscrição e classificação pretendida para o COCIND. Após análises, é publicado a decisão final no Diário Oficial da União (DOU), sendo apenas posterior a isso permitido a veiculação e/ou comercialização do artigo. Desde sua publicação o Ministério da Justiça esforça-se para diferenciar o ato da regulamentação ao da censura. Mantendo explicações sobre o tema no Guia Prático, no site oficial do MJ, e também no site de apoio criado especificamente dialogar com o público, o Portal Colaborativo da Classificação Indicativa. (2016, p. 11)

Este guia é adotado na classificação indicativa, e regula também a exibição dos animes no Brasil. No próximo capítulo será ilustrado como a regulamentação ocorre nos animes e acaba por modificar em parte a sua estrutura original.

5. Análise das censuras aplicadas aos animes

Neste capítulo, serão analisados os animes “Dragon Ball”, Dragon Ball Z, Dragon Ball Kai e Dragon Ball Super. Eles fazem parte da franquia “Dragon Ball” criada por Akira Toriyama em 1984. A franquia teve início com o mangá “Dragon Ball”, que foi publicado na Weekly Shonen Jump de 20 de novembro de 1984. Atualmente, a franquia é composta de diversos animes, filmes, jogos e até outros mangás, sendo todo esse material (majoritariamente) adaptado do mangá original. Os títulos referidos anteriormente foram escolhidos por: 1) A franquia Dragon Ball ser uma das mais famosas e bem-sucedidas de todo o mundo, sempre apresentando novos elementos à mesma há 35 anos; 2) Os animes Dragon Ball e Dragon Ball Z serem dois dos animes mais conhecidos do Brasil, além de terem marcado toda uma geração de fãs; 3) Dragon Ball Kai (mais conhecido como Dragon Ball Z Kai no Brasil) ser uma reedição de Dragon Ball Z, com melhor qualidade de imagem e menos episódios (uma escolha dos produtores que visava dar ao anime uma dinâmica mais próxima a do mangá), porém, com algumas cenas editadas ou completamente cortadas, majoritariamente, por conta de um alto grau de violência e presença de sangue nas cenas; 4) Dragon Ball Super ser a continuação de Dragon Ball Z, e possuir muitas semelhanças com Dragon Ball Kai em relação à forma como é mostrada a violência, como a ausência de sangue.

O primeiro anime da franquia Dragon Ball a ser exibido foi “Dragon Ball”, estreando no dia 26 de fevereiro de 1986, no Japão. No Brasil, o anime estreou no dia 19 de agosto de 1996, através do SBT, que exibiu apenas 60 dos 153 episódios da série. Em 2001, a Rede Globo comprou os direitos de exibição dos 153 episódios, exibindo-os com uma redublagem feita pela Álamo. “Dragon Ball” também chegou a ser exibido no Tooncast, no Cartoon Network, Ulbra TV e TV Diário. O anime se trata de uma adaptação dos primeiros 194 capítulos do mangá “Dragon Ball”, que contam a história do protagonista Son Goku, um forte garoto ingênuo de 12 anos que, ao se encontrar com a adolescente Bulma, se une a ela numa jornada para reunir as sete Esferas do Dragão. Depois ele se torna um estudante de artes marciais com o mestre

Kame-Sennin, e um ano depois ele e seu amigo Kuririn entram em um torneio que atrai os lutadores mais poderosos do mundo. Ele então parte sozinho em uma nova busca pelas Esferas do Dragão e acaba enfrentando e destruindo o Exército da Red Ribbon sozinho. Três anos depois Goku e Kuririn (agora com 15 e 16 anos, respectivamente) participam de um outro torneio, porém Kuririn é mais tarde assassinado após esta competição, e Goku exige vingança sobre seu assassino: Piccolo Daimaoh. Três anos mais tarde, Goku, agora um jovem adulto (18 anos), deve lutar contra o filho de Piccolo Daimaoh, Piccolo Junior.

Em Dragon Ball, os casos de censura ocorrem, majoritariamente, por conta de conteúdo sexual considerado inadequado para o público infantil, público ao qual foi destinada a versão brasileira do anime. Nesses casos, as cenas com tais conteúdos foram simplesmente retiradas do episódio. Serão listados alguns exemplos abaixo:

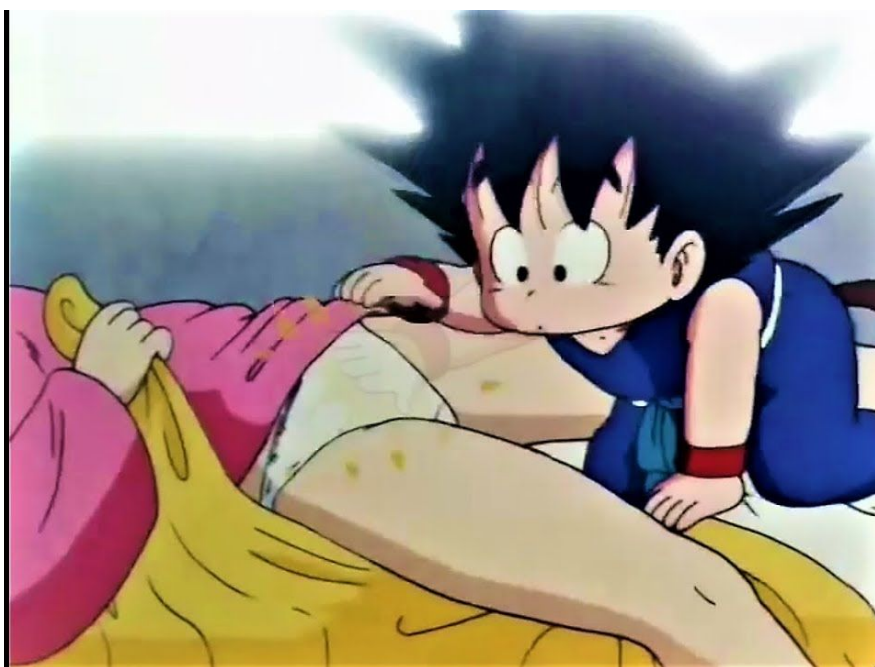


Imagem 1

Nesta cena, Goku deita no colo de Bulma enquanto esta dorme. Porém, ele sente que há algo “faltando” entre as pernas de Bulma, e levanta sua roupa para conferir o que é, levando um grande susto ao ver que Bulma não possui um pênis (Goku foi criado em uma montanha isolada e o único humano com quem teve contato foi seu Avô, portanto ele não sabia as diferenças biológicas entre homens e mulheres).



Imagem 2

Nesta cena, Bulma tenta seduzir Goku de forma que o garoto lhe entregue a esfera do dragão em troca de poder tocar nas nádegas da garota. Goku responde dizendo não estar interessado.

Dragon Ball Z estreou em 26/4/1989 e é uma adaptação dos últimos 325 capítulos do mangá de Dragon Ball. Na história, O irmão de Son Goku, Raditz, aparece na Terra e diz ao protagonista que sua família pertence a uma raça de alienígenas conhecida como Sayajins e que Goku foi enviado ainda bebê para a Terra com o intuito de conquistá-la. Ao ser lembrado de sua missão, Goku recusa-se a ajudar seu irmão

e os Sayajins a conquistar a Terra. Agora, Goku, aliado a seu filho Gohan e aos amigos que conquistou em sua primeira jornada atrás das esferas do dragão, vão fazer o que puderem para manter nosso planeta a salvo. Em Dragon Ball Z, as histórias possuem um clima mais sério quando comparado a primeira adaptação às de seu antecessor. Substituíram a comédia, mas o humor ainda existe em muitas partes da série. Possui vários episódios em que o suspense é entrelaçado aos acontecimentos que primeiramente não parecem ter grande relevância, ou de fatos despercebidos e revelados com maiores detalhes no auge de tal acontecimento. O anime estreou na TV brasileira no ano de 1999, sendo exibido pelos canais Rede Globo, Rede Bandeirantes, Cartoon Network, Tooncast, Tv da gente, Ulbra TV, TV Diário, Cine+, TV Jornal e Rede Brasil.

Dragon Ball Z teve uma audiência média no Japão de 20,5%. A popularidade da série também é refletida por vários dados referentes a interações online que comprovaram seu impacto na internet. Em 2001, foi divulgado que o site oficial de Dragon Ball Z registrava 4,7 milhões de acessos por dia e mais de 500 mil fãs cadastrados. O termo "Dragon ball Z" foi o 4º mais buscado em 1999 e o 2º mais buscado em 2000 no Lycos. Em 2001, "Dragonball" foi o termo mais popular no Lycos e "Dragon ball Z" foi o quinto mais buscado no Yahoo!. Em seu auge de sucesso no Brasil, Dragon Ball Z sempre foi usado pela Globo para aumentar seus números na faixa infantil até 2012, e nos grandes tempos, chegava a até 20 pontos de audiência no IBOPE às 11h30 da manhã.

Em 5 de abril de 2009, foi ao ar a primeira parte de Dragon Ball Kai, uma remasterização do anime Dragon Ball Z, contando a história da saga dos sayajins até a saga cell¹. A segunda parte estreou em 6 de abril de 2014, contando a história da saga Boo. No Brasil, o anime estreou em 2011, sendo conhecido como Dragon Ball Z Kai, levando a crer que a versão exibida no Brasil é a mesma utilizada e editada pela FUNimation nos EUA, e não a japonesa, uma vez que até mesmo o logo do anime é diferente entre as duas versões².

Seriam produzidos 99 episódios da primeira série de Dragon Ball Kai, mas por conta do terremoto seguido de tsunami no Japão, o último episódio da temporada não foi ao ar no país (mas foi exibido no Brasil), e da "Saga dos Sayajins/Freeza/Cell" foram exibidos os primeiros 98 episódios. Com a "Saga de Majin Boo" encerrada no episódio 61 (em 28 de junho de 2015), Dragon Ball Z Kai terminou com 159 episódios (167 na versão americana e brasileira), significando um corte de 132 (124 na versão americana e brasileira) episódios da versão Z. Este corte teve como objetivo fazer a nova série readquirir a dinâmica do mangá original.¹

O Episódio 37 de Dragon Ball Z Kai não foi exibido no Cartoon Network e em seu lugar foi exibido o episódio 38, sendo esta a primeira vez em toda a história da franquia no Brasil em que um episódio inteiro é excluído da programação, sem qualquer explicação. Entretanto, a não exibição do episódio ocorreu por toda a América Latina. Esse episódio só seria exibido a partir de 2012 na Band.

Alguns trechos de episódios de Dragon Ball Kai foram editados na exibição do Cartoon Network Brasil, pois a versão original possui cenas consideradas impróprias para exibição à tarde na TV brasileira e alguns exemplos serão listados abaixo. Todas as imagens retratam os episódios de Dragon Ball Z à esquerda (sem censura) e os episódios de Dragon Ball Kai à direita (com censura) e foram escolhidas para exemplificar a questão da censura entre as duas séries, que ocorre majoritariamente por conta da violência envolvida nas cenas, sobretudo em relação ao sangue:

¹ A história de Dragon Ball Z é dividida em 5 sagas sendo elas: Saga Sayajins, Saga Freeza, Saga Andróides, Saga Cell e Saga Boo.

² Informação retirada do site: <http://anmtv.xpg.com.br/analise-estreia-de-dragon-ball-kai-no-cartoon-network/>



Imagem 3

Nesta cena, que corresponde ao terceiro episódio tanto de Dragon Ball Z quanto de Dragon Ball Kai, Goku imobiliza Raditz para que Piccolo possa atingi-lo com seu ataque *Makankosappo*. Porém, Goku acaba sendo atingido pelo ataque no processo, resultando tanto em sua própria morte, quanto na de Raditz. Em Dragon Ball Z, são mostrados os buracos nos corpos de Goku e Raditz (causados pelo *Makankosappo* de Piccolo) além de sangue. Em Dragon Ball Kai, os buracos foram substituídos por uma sombra no local de impacto do golpe de Piccolo, enquanto o sangue foi totalmente removido.

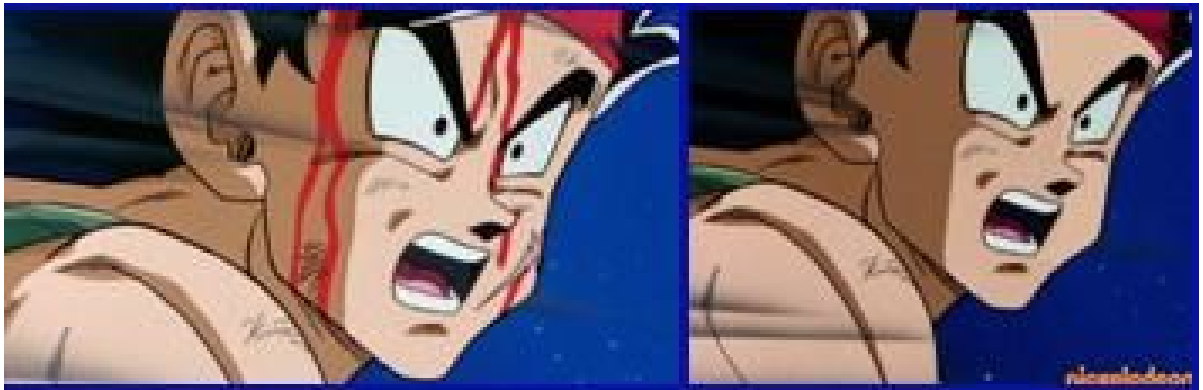


Imagem 4

Nesta cena, Bardock, o Pai de Goku, recebe um close em seu rosto, mostrando sua expressão de medo e frustração enquanto observa seu planeta sendo destruído, mesmo após lutar tanto (literalmente) para salvá-lo. Em Dragon Ball Z, é mostrado Bardock sangrando após uma série de batalhas sucessivas, enquanto que, em Dragon Ball Kai, este sangue é completamente removido.



Imagem 5

Nesta cena, Kuririn é atingido fatalmente pelo vilão Freeza que o perfura com seu chifre. Em Dragon Ball Z, é mostrado o chifre do vilão atravessando as costas de Kuririn, enquanto que em Dragon Ball Kai, nada é mostrado.

O mais recente anime da franquia é Dragon Ball Super, que estreou em 5 de julho de 2015. O anime segue as aventuras do protagonista Goku e seus amigos, depois de derrotar Majin Buu e trazer paz para a Terra mais uma vez. Goku encontra seres de longe mais poderosos e atinge o poder de um deus. Ele defende a Terra contra as poderosas divindades destrutivas e viaja para outros universos para encarar oponentes mais poderosos, assim como inimigos quase imparáveis, enquanto descobre seus novos poderes sob os deuses do universo.

No Brasil, a série estreou legendada em outubro de 2016, na *streaming* Crunchyroll. Na TV, o anime estreou no país pelo Cartoon Network em 5 de agosto de 2017 e é exibido até hoje. Em outubro de 2017, a emissora divulgou que o anime era a sua principal fonte de audiência.

Uma questão a ser notada em Dragon Ball Super é uma referida “falta” de sangue apontada pelos fãs. Não pode ser considerado uma censura ou adaptação, uma vez que o sangue não chega nem a existir, mas pode ser interpretado como a influência do mundo moderno no modo de se fazer animes, ao menos os que visam exportação. Uma das explicações para a “falta” de sangue em Dragon Ball Super seria a tentativa dos produtores de alcançar um público maior, não apenas as “crianças” que cresceram assistindo Dragon Ball, mas também as crianças de hoje. O blog animefans relata que “Naotoshi Shida, um animador e produtor da Toei foi perguntado recentemente sobre a falta de sangue em Dragon Ball Super e respondeu dizendo que ‘No passado não havia problema, mas nestes anos recentes, o sangue foi banido pelo código de distribuição da TV.’

De qualquer forma, isto gerou repercussão entre o público de brasileiro Dragon Ball Super, como podemos ver em blogs e fóruns ligados ao assunto:

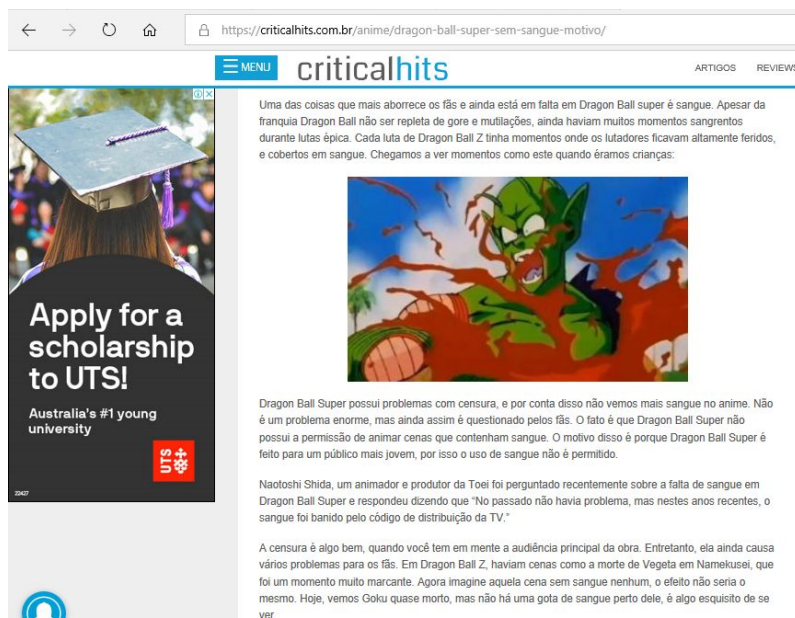


Imagem 6

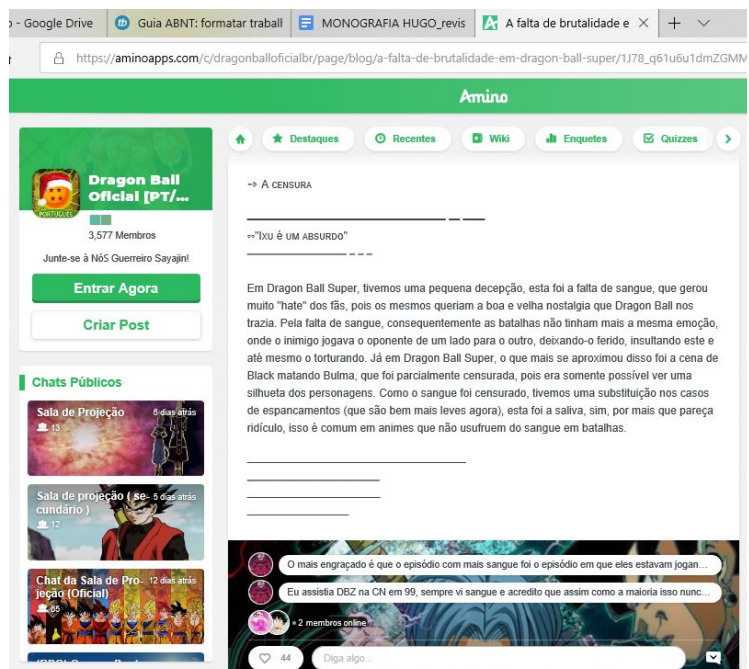


Imagem 7

4. Conclusão

Concluimos que, apesar de tanto os animes quanto as telenovelas brasileiras possuírem trajetórias históricas e características particulares, sendo isto reflexos das características históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas vividos por seus determinados países de origem, ambos os tipos de obras audiovisuais possuem locais de destaque não somente no cenário internacional (como “retratos” de seus países, embora a semelhança entre o “retrato” e a realidade possa ser questionada) mas também na vida cultural de seus países.

Também é possível observar que, mesmo nosso país tendo um histórico de censura ideológica, não se pode simplesmente caracterizar qualquer alteração em uma obra como sendo de tal natureza ou como sendo algo necessariamente ruim.

Baseando-se nos exemplos citados no capítulo anterior, podemos ver que algumas das censuras foram até benéficas, se considerarmos o público das obras. Porém, pela mesma reflexão, pode-se chegar ao questionamento se esse público deveria ser o destinatário de tais conteúdos. Como já foi mencionado, as animações japonesas não são conteúdos necessariamente infantis, e tentar classificar todas como tal pode gerar mais transtornos do que direcioná-las para seu público original, visto que o assunto é uma grande polêmica para a comunidade de fãs, que encontrou na internet uma forma de acesso ao conteúdo (os animes) mais satisfatória do que a televisão.

Referências Bibliográficas

GRANDE Dicionário Houaiss. Grande Dicionário Houaiss, 2015.

NOVAES, B. C. P. D.; MATTOS, A. D. **A Globalização Alterando um Produto Midiático Global: Censura na Versão Televisiva do Anime One Piece**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo: [s.n.]. 2016.

PENAFRIA, M. (2009) Análise de filmes- Conceitos e Metodologias. VI Congresso SOPCOM (pp.1-9). Lisboa: Universidade Lusófona

SILVA, P. K. D.; NEVES, F. M. **Desenho animado japonês: histórico e características.** XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza: Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2012. p. 1-15.

ROCHA, Maria Silvia Pinto de Moura Librandida. Cenas (im)próprias para crianças?. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 32, n. 86, p. 97-115, Apr. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622012000100007>.

REBOUÇAS, Roberta de Almeida e. Telenovelas, história, curiosidades e sua função social. VII Encontro nacional de História da mídia. Mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto de 2009-Fortaleza. CE. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Telenovela-%20historia-%20curiosidades%20e%20sua%20funcao%20social.pdf>>. Acesso em 21/01/2019

FARIA, Mônica. História e Narrativa das Animações Nipônicas: Algumas Características dos Animês. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33656979/Historia-e-Narrativa-das-Animacoes-Niponicas1.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548089843&Signature=n978%2BdBjbrt6NXciNC4Srj%2B5AZQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DHistoria_e_Narrativa_das_Animacoes_Nipon.pdf>. Acesso em 21/01/2019

GUIA prático da Classificação Indicativa. 2012. Disponível em:
<<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao/guia-pratico>>. Acesso em 10/12/2017.

JAMBEIRO, Othon. **A tv no Brasil do século XX**. 1.ed.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2002.247p.

Melo, M., & Cordaro, M. (2016). As reminiscências da guerra no mangá e no animê. Disponível em:<<http://www.periodicos.usp.br/anagrama/article/view/118021>>. Acesso em 28/01/2019

ANÁLISE estreia de Dragon Ball Kai no Cartoon Network. **ANMTV**, 2011. Disponível em:<<http://anmtv.xpg.com.br/analise-estreia-de-dragon-ball-kai-no-cartoon-network/>>. Acesso em 28/01/2019

BRITO, David. Esse é o motivo pelo qual Dragon Ball Super não tem sangue nem mutilações como em Dragon Ball Z. **Critical Hits**, 2018. Disponível em:<<https://criticalhits.com.br/anime/dragon-ball-super-sem-sangue-motivo/>>. Acesso em 28/01/2019

PRODUTOR explica porque não há sangue e nem mutilações em Dragon Ball Super. **AnimeFans**. Disponível em:<<https://animefans.com.br/outros/produtor-explica-porque-nao-ha-sangue-e-nem-mutilacoes-em-dragon-ball-super/>>. Acesso em 30/01/2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Dragon_Ball_Super. Acesso em 28/01/2019

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Dragon_Ball_\(anime\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dragon_Ball_(anime)). Acesso em 28/01/2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Dragon_Ball_Z. Acesso em 28/01/2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Dragon_Ball_Kai. Acesso em 28/01/2019